

Editorial 144 – O Custo de Existir: Por que as empresas angolanas morrem antes de crescer.

Por: Bernardo Vaz

O ambiente de negócios em Angola continua em processo de consolidação, apresentando constrangimentos significativos, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Embora o processo de criação de empresas tenha sido simplificado nos últimos anos, os principais obstáculos surgem na fase operacional. Destacam-se a escassez de divisas para a importação de insumos, equipamentos e peças de reposição, as deficiências nas infraestruturas rodoviárias, que encarecem os custos de transporte, e as limitações no acesso regular à energia e à água. O problema central já não é entrar no mercado, mas sim conseguir operar de forma eficiente e sustentável.

Este diagnóstico não é novo, passada mais de uma década de reformas anunciadas, o empresário angolano continua a enfrentar os mesmos obstáculos estruturais, o que sugere que o problema não é apenas de política económica, mas de capacidade institucional de implementação.

Os agentes económicos respondem a incentivos: num contexto de elevada incerteza e custos estruturais elevados, tendem a privilegiar actividades de curto prazo, com menor necessidade de capital fixo. Até ao final de 2025, cerca de 25% do crédito à economia foi canalizado para o comércio grossista e retalhista – sectores com baixa intensidade tecnológica e limitada capacidade de transformação estrutural. Do ponto de vista macroeconómico, estamos a financiar a circulação de riqueza em vez da sua criação.

Em contraste, actividades produtivas de longo prazo, como a indústria e a agricultura, geram maior valor acrescentado, pagam salários mais elevados e estabelecem relações contratuais mais estáveis. No entanto, o actual ambiente de negócios penaliza precisamente este tipo de investimento, criando um viés estrutural a favor de actividades de baixa produtividade.

Quando sobreviver se torna o principal objectivo

O risco cambial afecta directamente empresas dependentes de importações, criando instabilidade nos custos de produção. A inflação, apesar de ter desacelerado para cerca de 12,42% em março de 2026, continua a corroer o rendimento real das famílias,

reduzindo a procura agregada. A informalidade distorce a concorrência, penalizando as empresas formais que suportam custos fiscais e regulatórios mais elevados.

O acesso ao crédito permanece limitado, não apenas pelo nível das taxas de juro, mas também pela burocracia e pelas exigências de garantias. Mesmo empresas com capacidade de pagamento enfrentam dificuldades de financiamento, o que limita a expansão e a capacidade de absorver choques. Neste contexto, muitas empresas transferem os custos adicionais para os preços finais, o que ajuda a explicar por que razão, em vários casos, os produtos nacionais apresentam preços superiores aos importados. Um sinal claro de ineficiência estrutural e não apenas de falta de escala.

As PME em Angola operam com margens de manobra muito reduzidas. A ausência de mecanismos eficazes de financiamento e a elevada exposição a choques externos tornam estas empresas particularmente vulneráveis. Pequenos choques nos custos ou na procura podem rapidamente comprometer a sua sobrevivência. E é exactamente isso que está a acontecer.

O Estado como solução ou como problema?

Sobre a questão de saber se o Estado deve ou não intervir na economia para fomentar o emprego, o debate é quase interminável. Concordamos que, em ambiente de incerteza generalizada, em que o pessimismo tomou conta do sector privado, o Estado deve actuar no sentido de retomar a confiança. Mas a questão é a forma como faz isso. Em países com graves problemas institucionais, como o nosso, essa actuação é frequentemente utilizada para repassar recursos da esfera pública para o privado, o que hoje custou milhões ao Estado, amanhã é repassado para o privado a preços de banana.

Como nos protegermos disso? Dando incentivos horizontais. Identificar o que está na base do pessimismo do empresariado, o que encarece o custo de produção, mensurar o peso das infraestruturas na formação dos preços e desenhar bons incentivos. Para um Estado como o nosso, esse é o caminho, e não construindo megaprojectos que, na maior parte das vezes, não aquece a economia, não diminui o pessimismo do sector privado e apenas desperdiça recursos.

A capacidade do Estado em fazer grandes projectos produtivos deve aumentar quanto maior for a qualidade das suas instituições. Instituições fracas e um Estado liderando o investimento produtivo: a probabilidade de este Estado ser capturado por uma pequena elite é muito alta. O caminho não é um Estado menor ou um Estado maior, é um

Estado mais capaz, cujas intervenções sejam previsíveis, transparentes e orientadas por regras claras. Só assim o sector privado poderá planear, investir e crescer com confiança.